



embasa
Por você, pela Bahia, pelo futuro

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
HÍDRICA E SANEAMENTO

DO LADO
DA GENTE

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.121.542.457,24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 2025

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, a Embasa registrou avanços relevantes nas áreas operacional, econômico-financeira, regulatória, socioambiental e de gestão corporativa, reforçando seu compromisso com a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Bahia. A companhia apresentou resultados financeiros sólidos, com Receita Operacional Líquida de R\$ 5,05 bilhões, lucro líquido de R\$ 1,01 bilhão e margem EBITDA de 25,2%. No período, foram investidos R\$ 1,739 bilhão na modernização e expansão dos serviços, com destaque para obras estruturantes, ampliação de sistemas de água e es-

goto e implantação de tecnologias como unidades móveis de ultrafiltração. Também foi elevada a classificação de risco da empresa pela Moody's Local Brasil, de AA-.br para AA.br. Além disso, por meio do Novo PAC 2025, foram captados recursos de R\$ 7,3 bilhões para 42 projetos estruturantes que beneficiarão mais de 9 milhões de baianos.

No relacionamento com os usuários, a Embasa avançou na transformação digital e no atendimento, realizando mais de 11,8 milhões de atendimentos e ampliando canais como WhatsApp e atendimento, iniciativas reconhecidas por premiações nacionais e internacionais. Internamente, a valorização do capital humano permaneceu

como pilar estratégico, com ações voltadas à renovação do quadro funcional, diversidade e qualidade de vida no trabalho. O encerramento do ciclo estratégico 2021–2025 consolida um modelo de gestão orientado à eficiência, à sustentabilidade econômico-financeira e à governança responsável, criando bases para a modernização institucional que será aprofundada a partir de 2026 com o Projeto Moderniza e para o avanço consistente rumo à universalização dos serviços até 2033.

O Relatório da Administração completo está disponível no site da Companhia: <https://www.embasa.ba.gov.br/demonstracoesfinanceiras>

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024		31/12/2025	
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	398.782	739.692	831.349	
Aplicações financeiras	9	840.771	749.380	380.961	
Recursos vinculados	10	136.682	127.574	43.230	
Contas a receber de clientes	11	721.944	700.436	676.729	
Estoques		18.793	22.487	17.063	
Impostos a recuperar	17a	2.047	5.932	14.880	
Outras contas a receber		37.709	33.852	42.710	
		2.156.728	2.379.353	2.006.922	
Não circulante					
Contas a receber de clientes	11	169.457	133.439	127.878	
Depósitos judiciais	18.c	671.575	609.500	630.741	
Impostos a recuperar	17a	243.504	174.464	117.390	
Outras contas a receber		178.315	150.416	127.937	
Ativo fiscal diferido	26.b	139.487	107.911	92.392	
Investimentos		108	108	108	
Ativo de contrato	14	3.715.542	2.541.617	2.681.901	
Imobilizado	12	146.947	122.344	81.312	
Intangível	13	6.052.919	5.825.326	4.992.935	
		11.317.854	9.665.125	8.852.594	
Total do ativo		13.474.582	12.044.478	10.859.516	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Arrendamento mercantil				30.909	5.366
Fornecedores	15	264.978	278.528	240.809	
Empréstimos e financiamentos	16	68.714	64.453	61.396	
Debêntures	16	114.581	36.428	2.080	
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17a	101.211	83.939	74.665	
Contribuição social a recolher		12.507	5.995	19.597	
Salários e férias a pagar		87.983	76.929	63.224	
Provisão para perdas em processos judiciais	18.a	304.308	208.088	203.609	
Provisão para participação de empregados no resultado	27	56.002	44.202	48.502	
Convênios a comprovar		1.154	1.239	12.332	
Passivo financeiro a pagar - PPP		-	21.932	22.439	
Precatórios a pagar	19	125.040	137.161	92.165	
Outras contas a pagar		85.178	80.131	102.808	
		1.252.565	1.044.391	969.516	
Não circulante					
Arrendamento mercantil		3.124	-	1.945	
Fornecedores	15	8.327	-	-	
Empréstimos e financiamentos	16	470.457	443.790	382.719	
Debêntures	16	385.525	484.187	503.414	
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17a	1.525.928	1.207.169	958.153	
Provisão para perdas em processos judiciais	18.a	146.166	125.976	164.974	
Passivo financeiro a pagar PPP		-	-	19.794	
Reinvestimento SUDENE		-	-	3.659	
Convênios a comprovar		-	-	85.290	
Precatórios a pagar	19	-	2.677	3.232	
Benefícios a empregados	20	575.479	556.679	786.616	
Outras contas a pagar		300	360	360	
		3.115.306	2.820.838	2.910.156	
Patrimônio líquido					
Capital social	22.a	5.121.542	5.064.038	4.957.122	
Reservas de capital	22.b	16.907	16.907	16.907	
Reservas de lucros	22.c	4.582.823	3.630.128	2.712.613	
Ações em tesouraria		(1.111)	(1.111)	(1.111)	
Reserva de reavaliação	22.d	114.372	118.221	122.124	
Ajustes de avaliação patrimonial	22.e	(727.822)	(648.934)	(852.801)	
		9.106.711	8.179.249	6.979.844	
Total do passivo e patrimônio líquido		13.474.582	12.044.478	10.859.516	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Receita operacional	23	5.047.815	4.720.790
Receita de construção	23	1.560.220	1.011.168
Receita operacional líquida	23	6.608.035	5.731.958
Serviços prestados	24	(2.687.591)	(2.579.064)
Custo de construção	24	(1.560.220)	(1.011.168)
Custo dos serviços prestados	24	(4.247.811)	(3.590.232)
Lucro bruto		2.360.224	2.141.726
Despesas gerais e administrativas	24	(697.122)	(503.942)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	24	(42.720)	(61.411)
Despesas comerciais	24	(614.218)	(561.022)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(22.727)	(15.214)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		983.437	1.000.137
Receitas financeiras	25	332.158	283.093
Despesas financeiras	25	(210.034)	(217.462)
Resultado financeiro, líquido	25	122.124	65.631
Lucro antes da contribuição social		1.105.561	1.065.768
Contribuição social - corrente	26	(130.323)	(109.641)
Contribuição social - diferido	26	31.195	15.133
Contribuição social		(99.128)	(94.508)
Lucro líquido do exercício		1.006.433	971.260
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		1,40	1,37

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Lucro líquido do exercício		1.006.433	971.260
Outros resultados abrangentes, líquidos de contribuição social			
Ganhos e (Perdas) Atuariais Plano de Saúde	22.e	(93.493)	210.901
Ganhos e (Perdas) Atuariais Plano de Previdência	22.e	14.605	(7.034)
Resultado abrangente total		927.545	1.175.127

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Receitas	7.119.173	6.148.670
Água, esgoto e serviços	5.580.315	5.198.913
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(42.720)	(61.411)
Outras receitas	1.601.578	1.011.168
Insunhos adquiridos de terceiros	(4.148.009)	(3.356.704)
Materiais consumidos	(389.741)	(369.524)
Material, energia, serviços de terceiros e outros	(3.442.715)	(2.702.173)
Perda/recuperação de valores ativos	(315.553)	(285.007)
Valor adicionado bruto	2.971.164	2.791.966
Depreciação e amortização	(286.907)	(265.918)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	2.684.257	2.526.048
Valor adicionado recebido em transferência	332.354	283.818
Receitas financeiras	332.158	283.093
Aluguéis	196	725
Valor adicionado total a distribuir	3.016.611	2.809.866
Distribuição do valor adicionado	3.016.611	2.809.866
Pessoal	976.208	869.438
Remuneração direta	543.872	491.042
Benefícios	388.862	333.310
FGTS	43.474	45.086
Impostos, taxas e contribuições	788.153	729.424
Federais	784.687	726.623
Estaduais	2.284	1.566
Municipais	1.182	1.235
Remuneração de capitais de terceiros	245.817	239.744
Juros	210.034	217.462
Aluguéis	35.783	22.282
Remuneração de capitais próprios	1.006.433	971.260
Lucro líquido do exercício	1.006.433	971.260

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.006.433	971.260
Lucro líquido do exercício	1.006.433	971.260
Ajustes para:		
Amortização	274.795	258.253
Depreciação	12.112	7.665
Variações monetárias e cambiais e juros de ativos e passivos	(13.913)	23.463
Rendimento de aplicações financeiras	(17.579)	(11.416)
Custo Serviço e recuperação despesa Plano Saúde e Previdenciário	(60.088)	(26.071)
Resultado da baixa de ativo imobilizado	181	672
Provisão para perdas em processos judiciais, líquido	122.984	(30.105)
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes, líquido	42.720	61.411
Provisão para participação de empregados - PPR	81.437	52.175
Perdas em processos judiciais	1.014	3.502
Precatórios a pagar	127.958	131.340
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(31.575)	(19.178)
Despesa FMSB	25.759	360
Baixas regularização de conta	-	(372)
	1.572.238	1.422.959
Variações em:		
Contas a receber de clientes	25.301	16.191
Estoques	3.694	(5.424)
Impostos a recuperar	(46.711)	(36.837)
Outras contas a receber	(3.857)	8.858
Depósitos judiciais	(5.186)	(20.975)
Despesas Antecipadas	(27.899)	(22.479)
Fornecedores	(123.116)	(60.687)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	212.493	161.044
Precatórios a pagar	(171.782)	(11.590)
Salários e férias a pagar	11.054	13.705
Passivo financeiro a pagar - PPP	(25.587)	(25.834)
Participação de empregados	(69.637)	(56.475)
Convênios a comprovar	(85)	256
Outras contas a pagar	(20.627)	1.348
	1.330.293	1.384.060
Juros pagos	(115.798)	(98.275)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.214.495	1.285.785
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recursos vinculados e aplicações financeiras	(82.922)	(441.347)
Adições ao ativo imobilizado	(49.401)	(51.615)
Adições ao ativo de contrato	(1.362.673)	(880.744)
Adições ao ativo intangível	(67.322)	(54.050)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.562.318)	(1.427.756)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	85.056	122.198
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(95.841)	(63.971)
Recursos/subvenções para obras	42.991	14.586
Arrendamento mercantil	(25.081)	(22.466)
Dividendos pagos aos minoritários	(212)	(33)
Caixa líquido proveniente/aplicado das atividades de financiamento	6.913	50.314
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(340.910)	(91.657)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	739.692	831.349
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	398.782	739.692
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(340.910)	(91.657)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Assinado Digitalmente por: EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 31/03/2026

Certificado emitido por: CN=AC DIGITALSIGN RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://atarde.com.br/validator-iti> caso deseje validar a assinatura!



embasa
Por você, pela Bahia, pelo futuro

GOVERNO DO ESTADO BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
HÍDRICA E SANEAMENTO

DO LADO
DA GENTE

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.121.542.457,24

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) líquidos acumulados	Total
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Auxílio para obras	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva especial para dividendos obrigatórios					
Saldo representado em 01 de janeiro de 2024	4.957.122	24.916	16.981	301.397	150.292	2.260.924	-	(1.111)	122.124	(852.801)	-	6.979.844
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	971.260	971.260
Outros resultado abrangentes:												
Perdas atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.034)	-	(7.034)
Perdas atuariais com plano de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	210.901	-	210.901
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203.867	-	203.867
Contribuição e distribuições para os acionistas												
Aumento de capital com:												
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.916	(24.916)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	82.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82.000
Auxílio para obras recebidos (ajuste convênios)	-	-	(74)	-	-	-	-	-	-	-	-	(74)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo Reinvestimento Sudene transferido para PNC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.903)	-	3.903	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	50.569	-	-	-	-	-	(50.569)	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	-	-	866.946	-	-	-	-	(866.946)	-
Dividendos propostos aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.648)	(57.648)
Saldo representado em 31 de dezembro de 2024	5.064.038	-	16.907	301.397	200.861	3.127.870	-	(1.111)	118.221	(648.934)	-	8.179.249
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.006.433	1.006.433
Outros resultado abrangentes:												
(Perdas) Ganho atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.605	-	14.605
(Perdas) Ganho atuariais com plano de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.493)	-	(93.493)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.888)	-	(78.888)
Contribuição e distribuições para os acionistas												
Aumento de capital com:												
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	57.504	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.504
Auxílio par obras recebidos (ajustes convênios)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.849)	-	3.849	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	50.514	-	-	-	-	-	(50.514)	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	-	-	902.161	-	-	-	-	(902.161)	-
Dividendos Estatutários propostos aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.587)	(57.587)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.121.542	-	16.907	301.397	251.375	4.030.051	-	(1.111)	114.372	(727.822)	-	9.106.711

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA ("Embasa" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Economia Mista com Sede em Salvador, Bahia, constituída pela Lei Estadual nº 2.929/71, vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - SIHS, Empresa Estatal não dependente, cujo objeto social, por outorga do Estado e delegação dos seus municípios, é a exploração de serviços de saneamento básico de captação, tratamento e distribuição de água, bem como a coleta e o tratamento de esgoto sanitário, além da realização de estudos, projetos e execução de obras de implantação, ampliação e melhorias em abastecimento de água e esgotamento sanitário na sua área de atuação no Estado da Bahia.

A Companhia opera:

(i) 416 sistemas de abastecimento de água (82 integrados e 334 municipais) em 368 municípios (88,2% dos municípios do Estado da Bahia). Possui 4,4 milhões de ligações existentes de água, atendendo aproximadamente 10,6 milhões de pessoas;

(ii) 440 sistemas de esgotamento sanitário (5 integrados, 168 municipais e 267 locais) em 122 municípios (29,3% dos municípios do Estado da Bahia). Possui 1,7 milhão de ligações existentes de esgoto, atendendo cerca de 5 milhões de pessoas.

A Companhia revisou sua metodologia de tipificação e classificação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cuja finalização ocorreu em fevereiro de 2024. Em decorrência dessa revisão, em setembro de 2025, o quantitativo de sistemas da Embasa foi ajustado, sem que houvesse qualquer alteração na base operacional de atendimento da Companhia.

a) Contratualização

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 344 contratos/convênios em vigor que representam 98% da receita operacional líquida e 24 contratos vencidos ou operações sem contrato que representam 2% da receita operacional líquida.

Situação regulatória da embasa	Qtd	% ROL	% EBITDA	Intangível/Ativo de contrato (R\$)
Contrato de concessão (*)	84	13,84%	11,51%	1.218.575.212
Contrato de programa (*)	217	45,43%	48,68%	4.508.057.912
Instrumento de regularização (**)	42	6,17%	6,27%	701.951.910
Termo de acordo / convênio (***)	1	32,44%	32,31%	2.226.832.500
Subtotal	344	97,88%	98,77%	8.655.417.534
Contratos vencidos	22	2,09%	1,25%	201.039.182
Sem contrato (***)	2	0,03%	-0,02%	606.808
Subtotal	24	2,12%	1,23%	201.645.991
Total	368	100,00%	100%	8.857.063.524

Posição em 31 de dezembro de 2025 – Fonte: ERP SAP

(*) Artigo 11-B Lei nº 11.445/2007 alterada pela 14.046/2020;

(**) Artigo 1º, Parágrafo 2º, Decreto nº 11.466/2023;

(***) A prestação de serviços com fundamento no Termo de Acordo firmado entre Município de Salvador e Governo do Estado da Bahia, de 26 de maio de 1925, que teve como finalidade transferir ao Estado a execução, regulação e fiscalização dos serviços de água e esgoto do Município da capital baiana, ratificado em 05 de junho de 1925 por outro Termo de Acordo que conferia mandato pleno ou autorização para contratar, executar ou fazer executar quaisquer obras relativas aos serviços de água e esgoto, por prazo indeterminado, instrumento válido à luz das regras jurídicas então vigentes, que foi reconhecido pela ordem jurídica atual como delegação direta, com a natureza de convênio de cooperação interfederativa, e reconhecido como instrumento congênere a um contrato. Com o advento do Decreto Federal nº 11.538/2023 e da interpretação da Norma de Referência nº 002/2021-ANA instituída por meio da Resolução nº 106/2021, o Termo de Acordo de 1925 pode integrar o rol de vínculos objeto da comprovação da capacidade econômico-financeira da EMBASA e incorporar as metas de universalização de acordo com o artigo 11 da Lei Federal nº 11.445/2007;

(****) Artigo 11-B, Parágrafo 08º, da Lei nº 11.445/2007 alterada pela 14.026/2020. Existem ativos alocados em áreas administrativas no total de R\$ 908.032 que não estão diretamente vinculados aos contratos.

b) Marco Legal do Saneamento

O Novo Marco Legal do Saneamento instituído por meio da Lei nº 14.026/2020 que alterou a Lei nº 11.445/2007, vedou a possibilidade de formalização de novos contratos de programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme artigo 10 da referida lei, entre titulares e as empresas públicas estatais, obrigando quando do encerramento dos contratos existentes em vigor a realização de licitação que permita a ampla concorrência entre os prestadores, representando portanto, um fator de risco estratégico voltado à contratualização.

Vencimento	QTD	% rol ROL 2025	% EBITDA 2025
Até 2033	43	6,31%	6,34%
De 2033 até 2043	83	15,57%	13,89%
Acima de 2043	219	78,13%	79,77%

Constam da agenda regulatória da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA a edição de 18 normas de referência sobre abastecimento de água e esgotamento sanitário distribuídas por temas como regulação tarifária, contábil, qualidade da prestação dos serviços, universalização do acesso ao saneamento básico, dentre outros.

Até o momento foram publicadas nove normas de referência (NR) pela ANA, uma delas em 2025, restando mais nove NRs a serem publicadas. Dentre elas quatro já passaram por consulta pública, uma teve tomada de subsídios concluída, restando quatro que ainda não tiveram seu processo de construção iniciado.

Dentre as nove normas já publicadas, quatro delas já tiveram adesão por parte da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (AGERSA), colocando a agência estadual no rol das agências que comprovaram junto à ANA o atendimento às Normas de Referência dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário em 2025.

Desde o final de 2024 e ao longo do ano 2025, a Embasa firmou com os municípios 150 novos termos aditivos aos contratos vigentes de forma a atender às normas de referência publicadas pela ANA.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro 2025 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com

as Políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB). As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta o pressuposto da continuidade operacional, dado que a Diretoria Executiva tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perpetuidade de seus negócios e a Diretoria Executiva não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Diretoria Executiva na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por aplicações financeiras e instrumentos de dívidas que são reconhecidas pelo valor justo através do resultado.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente com aquelas apresentadas no exercício anterior, exceto quando indicado de outra forma.

A seguir descrevemos as políticas contábeis materiais, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, quando aplicável:

- 3.1. Caixa e equivalentes de caixa – Nota Explicativa 8
- 3.2. Contas a receber de clientes – Nota Explicativa 11
- 3.3. Imobilizado – Nota Explicativa 12
- 3.4. Intangível - Nota Explicativa 13
- 3.5. Fornecedores – Nota Explicativa 15
- 3.6. Empréstimos e financiamentos – Nota Explicativa 16
- 3.7. Provisão para perdas em processos judiciais – Nota Explicativa 18
- 3.8. Capital Social – Nota Explicativa 22
- 3.9. Receita operacional – Nota Explicativa 23
- 3.10. Benefícios a empregados – Notas Explicativas 20 e 27
- 3.11. Receitas e despesas financeiras – Nota Explicativa 25
- 3.12. Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – Nota Explicativa 26

3.13. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 11 - Reconhecimento e mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. Essa provisão estima a perda no recebimento de clientes, os clientes particulares são estratificados por problemas (ações judiciais, fixo de esgoto, terreno, imóveis em ruína e abandonado, entre outras) bem como por situação de atraso que não se enquadram nos problemas citados, e são aplicados os percentuais de evasão da arrecadação, obtidos através de ferramenta de "BI" – Business Intelligence. Já para estimar a provisão para clientes públicos, a Companhia aplica os percentuais de evasão da arrecadação apurados para cada responsável.

Nota explicativa 18 - Reconhecimento e mensuração de provisões para perdas em processos judiciais: Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, sendo toda essa avaliação realizada pelos advogados internos e externos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas a cada período de *report* para levar em conta as alterações nas circunstâncias.

3.14. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

• **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

• **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

• **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Diretoria não incluiu informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

3.15. Estoques

São demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio ponderado de aquisição classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo de contrato pelo custo histórico, que não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidas de provisões para perdas, quando aplicável.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

3.16. Outras contas a receber

São registrados pelo custo de aquisição ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

3.17. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos (incluindo recebíveis)

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições de que a Companhia não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor entrará em processo de falência.

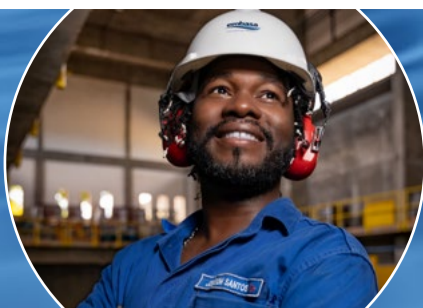
A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto individualmente quanto coletivamente. Todos os recebíveis são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por grupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Sendo assim, as faixas de inadimplência estão segregadas em clientes particulares e públicos. Para os clientes particulares foi feito um estudo no qual identifica grupos de clientes caracterizados por situações (problemas) que tornam os débitos desses clientes de difícil recuperação e os demais clientes, que não se enquadram nesses grupos, foram analisados e estratificados por faixas de débitos, por período, para as quais foram atribuídos os respectivos percentuais de perdas relativas a esses débitos.

Ao avaliar a perda de crédito esperada de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais, são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução no valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros



DO LADO DA GENTE

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.121.542.457,24

Passivos de direito de uso

A Companhia reconhece, na data de início do arrendamento, os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem realizados durante o prazo de arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental na data de início do contrato.

O passivo de arrendamentos é reconhecido contabilmente bruto de PIS/COFINS.

Arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia reconhece os arrendamentos de curto prazo (12 meses ou menos) e/ou arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (inferiores a US\$ 5.000) como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.19 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes e outras contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada (PPP), convênios a comprovar e outras contas a pagar.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(ii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.20 Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo férias a pagar e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.21 Demais passivos circulantes e não circulantes

Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.22 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

3.23 Apresentação de informações por segmento

Dada à peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto para todos os municípios no Estado da Bahia com os quais a Companhia mantém contrato. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

Essa informação por segmento poderá ser alterada em função da regionalização dos contratos.

3.24 Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período e foi elaborada de forma voluntária. A demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (operacionais, outras receitas, construção de ativos e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa); pelos insumos adquiridos de terceiros (custos operacionais e de construção); materiais, energia elétrica, serviços de terceiros, outras despesas operacionais e outros); pelas retenções (depreciação e amortização); e a riqueza recebida em transferência, representada pelas receitas financeiras e aluguéis. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.25 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21 / CPC 02 (Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio): A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a Companhia consegue trocar a por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a Companhia só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;

• Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;

• Requisitos adicionais de divulgação quando uma Companhia estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;

• Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;

• Exemplos ilustrativos;

• Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Companhia, por três razões principais:

- A Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis;
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

3.26 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, a saber:

a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletronicidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidência, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

d) IFRS 18/CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/ CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração

e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características socioeconômicas de seus clientes. A carteira de clientes da Embasa é bastante pulverizada, o que minimiza o risco de crédito em conjunto com os procedimentos de controle adotados para mitigar esses riscos, como a centralização da cobrança utilizado ferramentas modernas de inteligência artificial para o controle e direcionamento de ações de cobrança com o objetivo de recuperar créditos e manter a satisfação dos clientes. Entre essas ações destacamos o envio de SMS aos clientes, a negatização dos inadimplentes, negociação flexível de débitos de acordo com o perfil dos clientes, implantação de pagamento das faturas por meio de cartão de crédito e Pix.

No que tange às instituições financeiras, são adotados critérios mínimos de rating para a elegibilidade de determinada contraparte, tendo autorização somente para aplicação naqueles ativos com nota igual ou superior a A- (br) ou equivalente, sendo que as classificações de rating utilizadas para o enquadramento obrigatoriamente deverão ser da Standard & Poors, Moody's e Fitch Ratings ou as que vierem a substituí-las.

b) Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como: taxas de juros.

Taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI, como certificado de depósito bancário – CDB e fundos renda fixa DI. Por outro lado, seus passivos possuem taxas de juros prefixadas na contratação, não sofrendo, portanto, oscilações decorrentes de mudanças de políticas públicas ou variações de mercado. Quando a taxa é pós fixada baseia-se na variação da TLP ou CDI ou IPCA mais spread bancário.

Caso seja verificada elevação do custo capital de terceiros de operações contratadas, a Companhia poderá pleitear reatuação das condições contratuais junto às instituições financeiras credoras, com intuito de adequar as taxas contratadas na inicial com as taxas praticadas no atual cenário. Também, poderá optar por liquidar antecipadamente operações já contratadas junto às instituições financeiras credoras, com intuito de reduzir o custo médio ponderado do capital de terceiros.

Análise de sensibilidade

Na data de encerramento do período, a Administração estimou diversos cenários para as taxas de juros sobre as quais a Companhia está exposta. A Administração considerou cenários com variação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível (25%))	Cenário III (Remoto (50%))
Ativo	1.376.235			
Caixa e Equivalentes de caixa				
CDI	398.782	14,90%	11,18%	7,45%
Impacto		59.418	44.564	29.709
Recursos vinculados e aplicação financeira				
CDI	840.771	14,90%	11,18%	7,45%
Impacto		125.275	93.956	62.637
CDI	136.682	14,90%	11,18%	7,45%
Impacto		20.365	15.274	10.183
Poupança	1	7,97%	5,98%	3,99%
Impacto		-	-	-
Passivo	1.039.277			
Empréstimos e financiamentos e debêntures				
TR	444.947	1,97%	2,46%	2,96%
Impacto		8.765	10.957	13.148
TLP	94.224	9,07%	11,34%	13,61%
Impacto		8.546	10.683	12.819
IPCA	232.036	4,26%	5,33%	6,39%
Impacto		9.885	12.356	14.827
CDI	268.070	14,90%	18,63%	22,35%
Impacto		39.942	49.928	59.914

Fonte dos Índices: CDI e IPCA (Relatório Portal Brasil e IBGE de 31 de dezembro de 2025); TR, TLP (Cotação em 31 de dezembro de 2025); Poupança (rendimentos nos últimos 12 meses em 31 de dezembro de 2025).

c) Risco regulatório

É o risco de que descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as prefeituras municipais possam ensejar em perda da "Concessão" e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA.

A Companhia está sujeita a riscos regulatórios inerentes ao setor de saneamento básico, conforme previsto na Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020, incluindo eventuais alterações nas normas e diretrizes estabelecidas pelas agências reguladoras. Destaca-se que, até a presente data, não foi realizado nenhum ciclo de revisão tarifária periódica, conforme previsto nos modelos regulatórios definidos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANÁ) em normas de referência, como a Resolução ANÁ nº 183/2024.

A Embasa acompanha continuamente as diretrizes regulatórias e os processos normativos estabelecidos pela ANÁ e pelas entidades reguladoras locais. Entre as medidas mitigadoras adotadas, destacam-se a atualização periódica do plano de investimentos e a participação ativa em consultas públicas e reuniões com órgãos reguladores, visando antecipar impactos e garantir a conformidade com a Lei nº 11.445/2007 e suas alterações pela Lei nº 14.026/2020. Essas ações têm como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e assegurar a sustentabilidade da prestação dos serviços.

d) Risco de liquidez

Baseia-se nas dificuldades que a Companhia poderá encontrar em cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessar a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia somente possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual exigibilidade imediata dos saldos de fornecedores que têm vencimento de menos de um ano e das garantias concedidas aos empréstimos e financiamentos, cujo cronograma de vencimento está apresentado na Nota explicativa nº 16.

A tabela a seguir demonstra os fluxos financeiros de saída de caixa, considerando as projeções futuras de juros, encargos e liberações, quando aplicável:

Item	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos Internos	121.469	129.837	111.252	98.423	891.059	1.352.040
Parceria Público Privada - PPP (i)	74.690	-	-	-	-	74.690

(i) Valor a ser pago à PPP do SDOJ, considerando 08 contraprestações mensais vincendas.

Estimativa do valor justo

A Administração não incluiu informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores pelo valor contábil, menos a perda, estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento das contas.

As aplicações financeiras estão valorizadas ao seu valor justo. A classificação na hierarquia destas aplicações financeiras é o Nível 2, onde os *inputs*, são considerados observáveis, direta ou indiretamente.

5. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixas e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida:

Posição financeira líquida	Dez/2025	Reapresentado
Total dos Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.039.277	1.028.858
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (nota nº 8)	(398.782)	(739.692)
(-) Aplicações Financeiras (nota nº 9)	(840.771)	(749.380)
(=) Dívida líquida	(200.276)	(460.214)
(+) Total do Patrimônio Líquido	9.106.711	8.179.249
(=) Total do Capital	9.106.711	8.179.249
Índice de Alavancagem Financeira	(2,20%)	(5,63%)

6. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

A Companhia é parte na Ação Ordinária nº 0010304-28.2016.4.01.3300, por meio da qual busca alterar o regime de apuração do PIS e da COFINS do regime não cumulativo para o regime cumulativo, em decorrência direta do reconhecimento da imunidade tributária recíproca pelo Poder Judiciário.

Entre 2016 e fevereiro de 2020, as diferenças apuradas entre os regimes foram integralmente depositadas em juízo. Após a sentença favorável à Companhia, foi concedida tutela recursal suspendendo a exigibilidade de novos depósitos.

A Companhia manteve o registro das provisões relacionadas aos valores discutidos. Contudo, não realizou a atualização monetária, como exigido pela legislação vigente em caso de decisão desfavorável definitiva. Em 2025, a Companhia reconheceu retrospectivamente a atualização monetária dos saldos passivos e ativos vinculados à demanda judicial. Esses ajustes foram identificados durante a preparação das demonstrações financeiras de 2025, motivo pelo qual estão sendo refletidos nas demonstrações financeiras de 2024, ora reapresentadas para fins comparativos.

Consequentemente, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo reapresentados para fins de comparação, assim como o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024 (saldo de abertura).

Conforme demonstra a seguir, as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024, originalmente apresentadas em 31 de março de 2025, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em atendimento ao NBC TG 23 (R2) - "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro".

(i) Balanço patrimonial ajustados em 31 de dezembro de 2024 e 1º de janeiro de 2024

	01/12/2024 Reapresentado	Ajustes	01/12/2024 Reapresentado	31/12/2024 Apresentado	Ajustes	31/12/2024 Reapresentado
Ativo circulante	2.006.922	-	2.006.922	2.379.353	-	2.379.353
Depósitos judiciais	503.185	127.556	630.741	448.393	161.107	609.500
Impostos a recuperar	105.131	12.259	117.390	151.868	22.596	174.464
Ativo fiscal diferido	86.910	5.482	92.392	98.847	9.064	107.911
Outros ativos não circulantes	8.012.071	-	8.012.071	8.773.250	-	8.773.250
Ativos não circulantes	8.707.297	145.297	8.852.594	9.472.358	192.767	9.665.125
Total de ativos	10.714.219	145.297	10.859.516	11.851.711	192.767	12.044.478
Passivo circulante	969.516	-	969.516	1.044.391	-	1.044.391
Impostos, taxas e contribuições a recolher	757.425	200.728	958.153	922.753	284.416	1.207.169
Outros passivos não circulantes	1.952.003	-	1.9			



DO LADO DA GENTE

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.121.542.457,24

Os ajustes referem-se ao registro da atualização monetária sobre os "Depósitos judiciais", "Tributos a recuperar" e "Impostos, taxas e contribuições" relacionados ao pleito de mudança de regime de apuração do PIS e da CÔFINS

(iii) Demonstração das mutações do patrimônio líquido ajustada em 31 de dezembro de 2024

	Capital	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de tesouraria	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo publicado em 31/12/2023	4.957.122	41.897	2.768.044	(1.111)	122.124	(852.801)	7.035.275
Correção taxa SELIC processo PIS/COFINS	-	-	(55.431)	-	-	-	(55.431)
Saldo re-apresentado em 01/01/2024	4.957.122	41.897	2.712.613	(1.111)	122.124	(852.801)	6.979.844
Saldo publicado em 31/12/2024	5.064.038	16.907	3.721.777	(1.111)	118.221	(648.934)	8.270.898
Correção taxa SELIC processo PIS/COFINS	-	-	(91.649)	-	-	-	(91.649)
Saldo re-apresentado em 31/12/2024	5.064.038	16.907	3.630.128	(1.111)	118.221	(648.934)	8.179.249

(iv) Demonstração do valor adicionado ajustada em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024 Apresentado	Ajustes	31/12/2024 Reapresentado
Receitas	6.148.670	-	6.148.670
Insuamos adquiridos de terceiros	(3.356.704)	-	(3.356.704)
Valor adicionado bruto	2.791.966	-	2.791.966
Depreciação e amortização	(265.918)	-	(265.918)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	2.526.048	-	2.526.048
Valor adicionado recebido em transferência	283.818	-	283.818
Valor adicionado total a distribuir	2.809.866	-	2.809.866
Distribuição do valor adicionado	2.809.866	-	2.809.866
Pessoal	869.438	-	869.438
Impostos, taxas e contribuições	733.006	-	733.006
Remuneração de capitais de terceiros	199.944	36.218	236.162
Remuneração de capitais próprios	1.007.478	(36.218)	971.260

Os ajustes referem-se ao registro da atualização monetária sobre os "Depósitos judiciais", "Tributos a recuperar" e "Impostos, taxas e contribuições" relacionados ao pleito de mudança de regime de apuração do PIS e da CÔFINS

(v) Demonstração dos fluxos de caixa justada em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024 Apresentado	Ajustes	31/12/2024 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	1.007.478	(36.218)	971.260
Ajustes para reconciliação do lucro líquido	415.481	36.218	451.699
Lucro líquido ajustado	1.422.959	-	1.422.959
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	1.285.785	-	1.285.785
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.427.756)	-	(1.427.756)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	50.314	-	50.314
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(91.657)	-	(91.657)
Saldo de disponibilidades no início do período	831.349	-	831.349
Saldo de disponibilidade no final do período	739.692	-	739.692
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(91.657)	-	(91.657)

Não houve impacto material nas demonstrações dos fluxos de caixa operacionais, investimento e financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

7. IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da sanção da Lei Complementar nº 214/2025, que instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo, a EMBASA avaliou os potenciais impactos da substituição dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), considerando a data-base de 31 de dezembro de 2025.

Com base nas análises realizadas até a presente data, não foram identificados impactos relevantes nas principais premissas contábeis adotadas pela Companhia, notadamente aquelas relacionadas à constituição de perdas esperadas de crédito (PECLD), tributos a recuperar, vida útil do ativo imobilizado e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas.

A Companhia promoveu as adequações necessárias em seus sistemas e processos fiscais para atendimento às disposições da Lei Complementar nº 214/2025. Nesse contexto, a partir de janeiro de 2026, a EMBASA passou a emitir Nota Fiscal Eletrônica relativa aos serviços de abastecimento de água, em conformidade com o novo padrão de documentação fiscal eletrônica aplicável ao setor e com a sistemática de transição para o IBS e a CBS.

No caso da EMBASA, a base de cálculo dos novos tributos decorre diretamente do preço da operação constante do documento fiscal, não sendo identificadas, até o momento, particularidades operacionais que demandem a adoção de metodologias alternativas de apuração ou obrigações acessórias específicas além daquelas previstas na regulamentação geral.

A Companhia acompanha a regulamentação infralegal e os atos normativos complementares relacionados à implementação da Reforma Tributária, avaliando continuamente seus potenciais efeitos operacionais, tributários e contábeis, inclusive no que se refere a eventuais novas obrigações acessórias que venham a ser instituídas.

A EMBASA não possui, na data-base analisada, ativos fiscais diferidos relevantes decorrentes de prejuízos fiscais ou diferenças temporárias, tampouco ágio por expectativa de rentabilidade futura ou intangíveis com vida útil indefinida que demandem revisão imediata de premissas em função da Reforma Tributária. Também não foram identificadas, até o momento, alterações no modelo de negócios que requeiram mudanças na forma esperada de utilização de seus ativos.

A Companhia continuará monitorando a evolução da implementação da Reforma Tributária e, caso sejam identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras futuras, estes serão devidamente divulgados nas notas explicativas dos períodos em que se tornarem mensuráveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil:
O caixa e equivalentes de caixa representam os recursos financeiros disponíveis da Companhia, compostos pelo caixa, saldos em contas bancárias, numerário em trânsito, e aplicações financeiras de liquidez imediata com expectativa de utilização por parte da Companhia no decorrer de três meses e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Esses saldos são retidos com a finalidade de satisfazer os compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

Em 31 de dezembro de 2025, a composição do caixa e equivalentes de caixa é apresentada no quadro a seguir:

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Disponibilidades (a)	13.540	16.134
Aplicações Financeiras (b)	370.896	708.624
Numerário em Trânsito (c)	14.346	14.934
	398.782	739.692

(a) As disponibilidades estão compostas por caixa e contas correntes bancárias;

(b) Representada por aplicações financeiras, mantidas em bancos de primeira linha como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, com taxas de juros que acompanham direta ou indiretamente a variação da taxa de juros do CDI, em uma média de 101,48% do índice, com liquidez diária, conforme a seguir demonstrado:

Tipos de Investimentos	2025	Taxa média (%)a.a.	2024	Taxa média (%)a.a.
		Reapresentado		Reapresentado
Fundos de Investimentos	370.896	14,69	708.624	11,08
	370.896		708.624	

(c) Numerário em trânsito está composto pelos valores arrecadados que estão em trânsito devido ao "fluar" bancário.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se a aplicações financeiras junto a fundos de investimentos não exclusivos atrelados à remuneração com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), investimentos em LTF, entre outros, no montante de R\$ 840.771 (R\$ 749.380 em 2024), com rendimento médio de 14,45% a.a.

10. RECURSOS VINCULADOS

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Bancos contas vinculadas (a)	5.079	729
Aplicações financeiras vinculadas (b)	131.603	126.846
	136.682	127.574

(a) Referem-se substancialmente a contas vinculadas às obras do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, compostas por valores oriundos do Orçamento Geral da União - OGU, na forma de contratos de repasse destinados a investimentos em sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

(b) Representadas, basicamente, por aplicações em Fundos de Investimentos não exclusivos e vinculados a projetos/convenios, emitidos pela Caixa Econômica Federal (Caixa), pelo Banco do Brasil e Bradesco, com taxas de juros que acompanham direta ou indiretamente a variação da taxa de juros do CDI, com liquidez diária, conforme a seguir demonstrado, até 31 de dezembro de 2025 os rendimentos foram de R\$ 17.683 (R\$ 4.767 em 31 de dezembro de 2024):

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Dez/2025	Taxa média (%)a.a.	Dez/2024 Reapresentado	Taxa média (%)a.a.
Bradesco	(I)	202	12,85	182	8,94
Caixa	(I)	106.390	14,82	104.082	11,28
Banco do Brasil	(I)	25.010	14,38	22.580	11,11
Banco do Brasil	(II)	1	7,54	2	6,41
		131.603		126.846	

(I) Fundo de investimento com carteira composta por, no mínimo 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido, isolada ou cumulativamente, em títulos de emissão do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil ou em títulos e valores mobiliários de renda fixa cujo emissor esteja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente, bem como mantêm, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) da carteira em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais que acompanhem, direta ou indiretamente, a variação da taxa de juros dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI;

(II) Poupança.

A Companhia utiliza as aplicações financeiras para manutenção do valor do dinheiro no tempo ou então por obrigação contratual de alguns dos convênios celebrados com outras entidades de direito público ou privado. Dessa forma, os investimentos são em carteiras consideradas como de, no mínimo, baixo risco, de acordo com a classificação da ANBIMA.

Informações sobre exposição da Companhia aos riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota Explicativa nº4.

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil:

As contas a receber de clientes decorrem da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e são reconhecidos pelo valor nominal à medida que os serviços são prestados e mensurados. As medições que ultrapassam o limite mensal são estimadas e registradas como estimativa a faturar, a valor presente, sem qualquer tipo de acréscimos.

Em 31 de dezembro de 2025, a composição das contas a receber de clientes é apresentada no quadro a seguir:

	Contas a Receber	Provisão p/ Perdas	Ajuste Valor Presente	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Valores faturados					
Partes relacionadas	68.503	(34.376)	-	34.127	31.340
Particulares	480.024	(262.102)	-	217.922	205.606
Entidades públicas	300.592	(293.966)	-	6.626	1.058
Parcelamentos/ financiamentos					
Partes relacionadas	554	-	-	554	1.374
Particulares (a)	277.920	-	(41.670)	236.250	240.737
Entidades públicas (b)	218.358	(52.459)	(74.027)	91.872	71.992
Valores a faturar (c)	304.050	-	-	304.050	281.768
Total	1.650.001	(642.903)	(115.697)	891.401	833.875
Circulante	721.944	-	-	721.944	700.436
Não circulante	169.457	-	-	169.457	133.439

(a) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso. Nos parcelamentos de débitos, taxas diferenciadas nas seguintes condições: até 6 parcelas = de 0,55%a.m.; e, de 7 a 60 parcelas = de 1%a.m.

(b) Os parcelamentos de entidades públicas correspondem a valores vencidos de contas de fornecimento de água e esgoto. Os parcelamentos de municípios são formalizados por "instrumento particular de confissão de dívida", cujos créditos da Companhia são garantidos por meio do repasse de cotas participativas do ICMS, provenientes do tesouro estadual para os respectivos municípios. Esses valores são atualizados mensalmente com taxas diferenciadas nas seguintes condições: até 6 parcelas = de 0,55% a.m.; e, de 7 a 60 parcelas = de 1% a.m.

(c) Saldo decorrente de produtos e serviços consumidos até 31 de dezembro de 2025 e ainda não faturados.

Existem títulos a receber dados em garantias de dívidas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Vide Notas Explicativas nº 16.

Valores faturados por idade de vencimento

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
A vencer	444.767	417.250
Vencidos até 30 dias	151.437	144.765
Vencidos de 31 a 60 dias	75.816	78.223
Vencidos de 61 a 90 dias	54.705	47.328
Vencidos de 91 a 120 dias	41.497	39.824
Vencidos de 121 a 150 dias	37.165	35.128
Vencidos de 151 a 180 dias	34.759	34.374
Vencidos de 181 a 360 dias	30.629	29.951
Vencidos acima de 360 dias	359.479	325.446
Total	1.230.254	1.152.289

A Companhia analisa o saldo de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com a composição de suas contas a receber, considera o risco da carteira de clientes. Para os clientes públicos o percentual de perda é obtido considerando a inadimplência do ano (faturamento do ano, recebido dentro do ano), os clientes particulares, são agrupados por tipo de problema (processo jurídico, terreno, prédio em ruína, faixas de débito, entre outros). Foram apuradas a eficiência da arrecadação destes - a diferença entre uma possível eficiência da arrecadação (100%) menos a eficiência apurada no período, resultando no índice de evasão aplicado ao saldo do contas a receber que determina o valor da perda.

Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes durante o período de 2025 e do exercício de 2024, está demonstrada como segue:

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Saldos iniciais	(600.182)	(538.836)
Constituição	(67.768)	(67.639)
Recuperação	8.947	3.552
Reversão para contas a receber	-	81
Reversão para perdas	16.100	2.660
Saldos finais	(642.903)	(600.182)

Informações sobre exposição da Companhia aos riscos de crédito estão incluídas na Nota Explicativa nº 5.

12. IMOBILIZADO

Política Contábil:

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: (i) Custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; (iii) Custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e (iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do

exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A Companhia passou a utilizar como expectativa de vida útil remanescente, a partir de 01 de janeiro de 2023, a tabela de vidas úteis definidas pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, por meio da Nota Técnica Complementar 001/2020.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

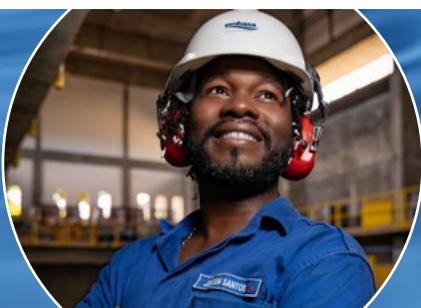
Descrição	Exercício corrente e comparativo
Construções	60 anos
Máquinas e equipamentos	12 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Veículos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Em 31 de dezembro de 2025, a composição e movimentação do Imobilizado é apresentada no quadro a seguir:

(a) Saldos patrimoniais

	Dez/2025		Taxa média anual de depreciação	Dez/2024 Reapresentado		Taxa média anual de depreciação		
	Custo	Depreciação acumulada		Custo	Depreciação acumulada			
Terrenos e construções	82.520	(27.178)	55,342	0,97%	83.540	(26.757)	56,783	0,96%
Máquinas e equipamentos	132.860	(84.796)	48.064	15,75%	99.013	(75.507)	23.506	14,46%
Veículos	17.012	(16.181)	831	10,00%	16.331	(16.143)	188	10,00%
Outros*	24.523	(16.937)	7.586	8,44%	21.599	(16.054)	5.545	8,44%
Obras em Andamento	35.124	-	35.124	-	36.322	-	36.322	-
Total	292.039	(145.092)	146.947	7,89%	256.805	(134.461)	122.344	5,75%



DO LADO DA GENTE

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.121.542.457,24

Descrição	Exercício corrente e comparativo
Construções	20 a 60 anos
Máquinas e equipamentos	7 a 20 anos
Veículos	10 a 15 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras (receitas) despesas operacionais líquidas, na demonstração do resultado.

Em atendimento a Resolução da AGERSA 007/2019, a Embasa contratou uma empresa avaliadora de ativos em 2020 e entregou um laudo de avaliação da sua base de ativos regulatória, bens afetos à concessão referente ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, resultando em um valor líquido de R\$ 11,6 bilhões. Este laudo foi entregue a AGERSA em 30 de abril de 2021 e após verificações in loco pela agência, foi homologado em 13 dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, a composição e movimentação do Intangível é apresentada no quadro a seguir:

a. Saldos patrimoniais

	Dez/2025			Dez/2024 Reapresentado		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Sistema de Água/Esgoto	11.717.694	(5.843.072)	5.874.622	11.294.782	(5.605.104)	5.689.678
E. S. J. - PPP	259.178	(128.704)	130.474	259.178	(125.832)	133.346
Direito de uso - arrendamento	53.737	(24.853)	28.884	45.030	(45.030)	-
Bens Administrativos	95.083	(76.144)	18.939	69.840	(67.538)	2.302
Total	12.125.692	(6.072.773)	6.052.919	11.668.830	(6.843.504)	5.825.326

b. Movimentação

	Dez/2024 Reapresentado	Adições	Transferências de ativo de contrato	Transferências	Baixas	Subvenções - PAC	Amortizações	Dez/2025
	Sistema de Água/Esgoto	5.689.678	55.268	423.426	7.482	(77)	(62.692)	(238.463)
E. S. J. - PPP	133.346	-	-	-	-	-	(2.872)	130.474
Direito de uso - arrendamento	-	53.737	-	-	-	-	(24.853)	28.884
Bens Administrativos	2.302	20.378	30	4.835	-	-	(8.606)	18.939
Total	5.825.326	129.383	423.456	12.317	(77)	(62.692)	(274.794)	6.052.919

	Dez/2023 Reapresentado	Adições	Transferências de ativo de contrato	Transferências	Baixas	Subvenções - PAC	Amortizações	Dez/2024 Reapresentado
	Sistema de Água/Esgoto	4.829.324	54.051	1.055.719	2.784	(596)	(21.315)	(230.289)
E. S. J. - PPP	136.219	-	-	-	-	-	(2.873)	133.346
Direito de uso - arrendamento	22.515	-	-	-	-	-	(22.515)	-
Bens Administrativos	4.877	-	-	-	-	-	(2.575)	2.302
Total	4.992.935	54.051	1.055.719	2.784	(596)	(21.315)	(258.252)	5.825.326

Para o período de 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou *triggers de impairment* para os ativos intangíveis da Companhia.

Valor indenizável das concessões versus receita de construção

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. Considerando o inexpressivo valor das margens reconhecidas, ponderou o custo/benefício envolvido nesse reconhecimento - necessidade de controles sistêmicos por obras e por município (custo) e margem adicional (benefícios) e optou por considerar margem zero.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apurados conforme ICPC 01 (R1) e CPC 47, estão demonstrados a seguir:

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Receita de construção	1.560.220	1.111.168
Custo de construção	(1.560.220)	(1.111.168)

14. ATIVOS DE CONTRATO

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de contrato até a conclusão das obras. O direito à contraprestação será o de: (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

Movimentação dos ativos de contrato

	Dez/2024 Reapresentado	Adições	Transferências	Transferências de obras para o intangível	Provisão para riscos processuais	Subvenções - PAC	Dez/2025
	Total Ativo de contrato	2.541.617	1.570.417	(46)	(423.456)	7.310	19.700

	Dez/2023 Reapresentado	Adições	Transferências	Transferências de obras para o intangível	Provisão para riscos processuais	Subvenções - PAC	Dez/2024 Reapresentado
	Total Ativo de contrato	2.681.901	1.003.365	(102)	(1.055.719)	1.963	(89.791)

A Companhia avaliou o valor recuperável do ativo de contrato e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço: (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, por meio dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, com base na receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda ao valor recuperável foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

a) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 2025, a Companhia capitalizou juros e variação monetária nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 79.347 a uma taxa média de 10,99% a.a. (em 2024 R\$35.656, a uma taxa média de 11,08% a.a.) durante o período de construção.

b) Programa de Aceleração do Crescimento – PAC OGU

A Companhia recebe recursos não onerosos oriundos do Orçamento Geral da União – OGU para investimento em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário decorrentes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, na forma de contratos de repasse, sendo a EMBASA a interveniente executora. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 196.010 (R\$ 216.768 em 2024). Dentre os repasses mais relevantes neste período, destacam-se os montantes de R\$ 11.585 e R\$ 12.787, referentes aos sistemas SIAA Salvador – Duplicação AAT e SES Irecê, respectivamente.

De acordo com as normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e os Pronunciamentos Técnicos do CPC, os valores acima descritos são tratados como subvenções para investimento e contabilizados no ativo não circulante, em subconta redutora do Ativo de contrato, até a conclusão das obras.

Detalhamento dos repasses por sistemas durante o exercício:

Sistema	Repasses	
	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Abastecimento água	133.695	125.859
Esgotamento sanitário	62.315	90.909
Total	196.010	216.768

O montante total liberado para investimento nas obras do PAC de janeiro a dezembro de 2025 foi de R\$ 39.830 (R\$ 16.432 no mesmo período em 2024).

15. FORNECEDORES

Política contábil:
São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Estima-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Fornecedores Nacionais	273.305	278.528
Total	273.305	278.528
Circulante	264.978	278.528
Não circulante	8.327	-

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

a) Termos da dívida

Os termos e condições dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto são:

Descrição	Encargos (a.a)	Vencimento	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
CAIXA (i.a)	8,5%; 8,7%	2035	280.336	309.224
CAIXA (i.b)	9%	2047	164.610	80.944
BNDSES (ii)	1,67%; 1,55%, T.JLP+	2027 a 2029	94.225	118.075
Debêntures Simples 2ª Emissão - Série Única (ii.a)	CDI+ 2,94%	2028	268.070	299.710
Debêntures Incentivada 3ª Emissão - Série Única (ii.b)	IPCA+8,60%	2035	232.036	220.905
Total			1.039.277	1.028.858
Circulante			183.295	100.881
Não circulante			855.982	927.977

Garantias

(i.a) **Cessão Fiduciária de Recebíveis:** conta vinculada correspondente a uma PMT mensal e conta reserva correspondente a 30% do saldo devedor;

(i.b) **Cessão Fiduciária de Recebíveis:** conta vinculada correspondente a três PMTs mensais e conta reserva correspondente a 10% do saldo devedor ou três PMTs, o que for maior;

(ii) **Cessão Fiduciária de Recebíveis:** conta vinculada correspondente a três PMTs máximas mensais (fixas) e conta reserva correspondente a 3 PMTs vindicadas;

(iii.a) **Debêntures Simples Corporativa 2ª Emissão - Série Única, não conversíveis em ações:** garantia real mediante Cessão Fiduciária de Recebíveis, com conta vinculada correspondente a 130% da maior PMT paga aos debenturistas;

(iii.b) **Debêntures Simples Incentivada 3ª Emissão - Série Única, não conversíveis em ações:** Garantia Quirográfrica.

(*) PMT = valor da prestação.

(i) Caixa

A Companhia mantém os seguintes contratos com a Caixa Econômica Federal (Caixa), via recursos do FGTS.

a. PAC I e II

A Companhia, entre 2007 e 2012, firmou contratos de financiamentos lastreados em recursos do FGTS, junto à Caixa Econômica Federal (CEF), destinado a ações de desenvolvimento institucional, ampliação e/ou implantação de Sistema de Abastecimento de Água e/ou Esgotamento Sanitário em diversos municípios estado da Bahia, no âmbito do Programa saneamento para todos.

b. Selesan

Em 01 de setembro de 2023 a Companhia firmou contratos de financiamentos junto à Caixa destinados à execução de obras de ampliação e/ou implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário com a intervenção do Estado da Bahia no âmbito do Programa Saneamento para Todos.

(ii) BNDSES - FAT

A Companhia firmou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDSES), contrato de financiamento com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Depósitos Especiais e do Fundo de Participação do PIS/PASEP destinado à ampliação e/ou modernização de sistemas de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário de diversas cidades no Estado.

Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o período de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, encontra-se demonstrada a seguir:

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Saldos em 1º de janeiro	508.243	444.117
Liberações	85.055	122.242
Devoluções	-	(44)
Pagamento Principal (a)	(63.410)	(63.971)
Encargos Incorridos	43.273	40.068
Juros Pagos	(42.570)	(39.421)
Custo de Transação	(1.467)	-
Custo de Transação Incorrido	-	-
Varição Monetária	10.047	5.252
Varição Cambial (ativa) passiva	-	-
Saldos	539.171	508.243
Circulante	68.714	64.453
Não circulante	470.457	443.790

(iii) Debêntures simples

a) Debêntures simples 2ª Emissão (Corporativa)

Em 2023 a companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples (corporativas), não conversíveis em ações da espécie com garantia real, em série única, cujo agente fiduciário é a Vórtx DTVM Ltda, com carência de 24 meses do principal, destinadas à ampliação/implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em setembro de 2025, a Companhia iniciou a amortização do principal.

b) Debêntures simples 3ª Emissão (Incentivada)

Em 2023 a companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples (incentivadas), não conversíveis em ações da espécie com garantia quirográfrica, em série única, cujo agente fiduciário é a Vórtx DTVM Ltda, com carência de 36 meses do principal, destinadas à implantação do SIAA Planaltino e ampliação da 3ª Etapa do SIAA Feira de Santana e Feira Tomba.

A movimentação das debêntures para o período de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, encontra-se demonstrada a seguir:

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Saldos em 1º de janeiro	520.615	505.494
Pagamento Principal	(32.432)	-
Encargos Incorridos	70.193	62.150
Juros Pagos	(68.392)	(58.865)
Varição monetária	10.122	11.836
Saldos finais	500.106	520.615
Circulante	114.581	36.428
Não Circulante	385.525	484.187

Do montante dos juros incorridos R\$ 79.347 foram capitalizados junto às obras em andamento.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

A Companhia detém financiamentos bancários junto ao BNDSES no montante de R\$ 95.225 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 118.075 em 2024), dos quais R\$ 67.097 (R\$ 91.563 em 2024) estão classificados no passivo não circulante que, de acordo com os termos dos contratos, serão pagos em parcelas com vencimento finais entre os anos de 2027 e 2029.

Covenants:

Índice	Limite
Valor do EBITDA Ajustado dividido pelo Serviço da Dívida Ajustado	Igual ou maior que 1,5
Valor da Dívida Bancária Líquida dividido pelo EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,0
Valor de Outras Dívidas Onerosas dividido pelo EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 1,0

Valores para 2025

- Ebitda Ajustado sobre Serviço da Dívida (meta >= 1,5): 7,79;
- Dívida Líquida sobre Ebitda (meta <= 3,0): (0,36);
- Outras Dívidas Onerosas (meta <= 1,0): 0,01.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu integralmente as cláusulas restritivas de vencimento antecipado estipuladas pelo BNDSES.

c) Cronograma de amortização da dívida de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos, financiamentos e debêntures, classificados como passivos não circulante têm os seguintes vencimentos:

Origem	2027	2028	2029	Demais anos	Total
CEF	42.510	46.325	45.945	268.580	403.360
BNDSES	26.389	25.789	14.919	-	67.097
DEBÊNTURES	120.393	96.404	24.150	144.578	385.525
	189.292	168.518	85.014	413.158	855.982

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, taxas e contribuições

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Ativo		
Tributos a recuperar		
IR e CSLL retidos	268	206
Saldo Negativo IR e CSLL	186	4.786
CSLL, PIS/PASEP, COFINS e INSS	243.665	174.577
Outros tributos	1.432	826
	245.517	180.395
Circulante	2.047	5.932
Não circulante	243.504	174.464
Passivo		
Parcelamento PIS/COFINS	251	594
PIS/PASEP/COFINS, INSS retido	39.249	34.302
Encargos Sociais	44.30	



DO LADO DA GENTE

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.121.542.457,24

As condenações atinentes à responsabilidade civil contratual ou extracontratual podem decorrer de relações com empresas contratadas pela EMBASA, mediante licitação e posterior Contrato Administrativo, além de ações civis públicas, envolvendo precariedade no fornecimento de água e serviços esgotamento sanitário.

c) Depósitos judiciais

Referem-se a depósitos e bloqueios judiciais decorrentes de processos trabalhistas, civis e tributários em que a Companhia é parte integrante. Estão apresentados pelos valores originais acrescidos de atualização monetária. A movimentação entre 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é oriunda do registro de novos bloqueios/depósitos, desbloqueios, baixas e atualizações monetárias, conforme demonstrado a seguir:

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Saldo em 1º de janeiro	609.500	630.741
Depósitos/bloqueios/desbloqueios (a)	5.186	(68.676)
Atualização monetária	57.466	57.315
Baixas por perdas processos judiciais/resultado		
Baixas por pagamentos processos perdidos	(1.014)	(3.502)
(Provisão)/Reversão para perdas em depósitos judiciais	437	(6.378)
Saldos	671.575	609.500

(a) Os depósitos em julho referente à ação fiscal da RIS/COFINS (ação ordinária 00103004-28/2016.4.01.3300), que correspondem a R\$ 529.344 (R\$485.579 em 2024) atualizados pela taxa Selic, foram realizados entre os anos de 2016 e 2020 pelo valor correspondente à diferença entre os regimes, até a competência de fevereiro/2020, quando foi prolatada a sentença e determinada a suspensão dos depósitos judiciais, com a manutenção daqueles depositados até então. Em setembro de 2023, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu a exigibilidade dos créditos que não foram depositados a partir de março de 2020. O processo Judicial segue aguardando julgamento do Recurso de Apelação. E os créditos referentes ao Parcelamento INSS, cobrados pela Receita Federal do Brasil - RFB equivocadamente, no valor de R\$11.606 (R\$11.606 em 2024), foram objeto de processo administrativo que reconheceu o direito da Companhia de ser ressarcida dos valores pagos, essa aguarda o encerramento do processo para a liberação do crédito.

Os depósitos judiciais são recuperados quando a sentença transitada em julgado do processo é favorável a Companhia.

d) Ativos contingentes

A EMBASA é parte em processo de arbitragem instaurado no âmbito da Parceria Público Privada do Sistema de Disposição Oceânica de Jaguaribe (PPP SDOJ), que discute a divisão dos ganhos econômicos do contrato firmado com a BRK Ambiental. Em função do estágio atual do referido processo e das incertezas quanto ao seu desfecho, eventual direito econômico da Companhia configura-se, no momento, como ativo contingente, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ressalta-se que existe garantia apresentada pela contraparte, no montante de R\$ 70.000, vinculada ao processo arbitral. Considerando que a realização do ativo depende de eventos futuros incertos, fora do controle da Companhia, não houve reconhecimento de valores nas demonstrações contábeis, sendo o assunto divulgado apenas em notas explicativas.

19. PRECATÓRIOS A PAGAR

A seguir está apresentado abertura dos saldos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 de precatórios a vencer.

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Precatórios a pagar	125.040	139.838
	125.040	139.838
Circulante	125.040	137.161
Não Circulante	-	2.677

A EMBASA ganhou ação (ADPF tombada sob o número 616 no STF) para pagar seus débitos por meio de precatórios. O STF, reconhecendo a tese arguida na ADPF assim decidiu:

“...Julgar parcialmente procedente o pedido para: (i) suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro; (ii) determinar a sujeição da Empresa Baiana de Águas e Saneamento ao regime constitucional de precatórios; e (iii) determinar a imediata devolução das verbas subtraídas dos cofres públicos, e ainda em poder do Judiciário, para as respectivas contas de que foram retiradas, restando prejudicado o pedido de natureza cautelar formulado, nos termos do voto do Relator”

Por esta decisão vinculante, todas as execuções judiciais contra à EMBASA precisam obedecer ao regime de precatórios ou RPV, sendo para as primeiras necessária a prévia inscrição do precatório após o trânsito em julgado para que só após essa inscrição surja a obrigação de pagar pela EMBASA nos seguintes moldes:

1. Precatórios inscritos até 1º de abril devem ser quitados até o final do exercício seguinte;

2. Precatórios inscritos após 1º de abril devem ser quitados até o final do terceiro exercício subsequente.

Os precatórios são atualizados trimestralmente pelo IPCA acumulado a partir da data de inscrição do título.

A movimentação de precatórios no exercício pode ser demonstrada conforme segue:

	Dez/2024 Reapresentado	Adições	Atualização	Liquidações	Dez/2025
Precatórios a pagar	139.837	152.073	4.911	(171.781)	125.040

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Política Contábil:

(a) Benefícios de curto prazo

Obrigações de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal, conforme o serviço correspondente prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(b) Obrigações de aposentadoria

O custo dos planos de aposentadoria com benefício definido administrado pela FABASA - Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA, e o benefício de assistência médica pós-emprego bem como o valor presente dessas obrigações são determinadas utilizando avaliação atuarial, realizada anualmente por um atuário qualificado, que envolve o uso de premissas as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões, entre outras. Essas obrigações são altamente sensíveis a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revistas a cada data-base.

Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes, são registrados de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Plano de benefício definido: plano que complementa 80% do salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao benefício atribuído à previdência oficial.

Plano previdenciário de contribuição definida tem como característica a paridade nas contribuições entre patrocinadora e empregados. Teve parte de sua cobertura lastreada em contrato firmado entre a Companhia e a FABASA estando o mesmo integralmente quitado, essas contribuições são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

O Plano de saúde é oferecido aos empregados ativos e aposentados, e seus respectivos dependentes e agregados, com base num custo médio mensal calculado por vida sem levar em consideração a faixa etária do beneficiário. É cobrado o empregado ativo um percentual proporcional ao seu salário base. O aposentado contribui com 100% do valor do custo médio do plano, conforme cláusula do acordo coletivo de trabalho, mas essa não é suficiente para cobrir os gastos do plano, e um passivo é contraído pela Companhia, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em razão do aumento da sinistralidade, reajuste dos custos médicos e alteração da faixa etária com o passar dos anos e a permanência no plano. O prêmio pago pela Embasa mensalmente é fixo e onerado pela permanência dos ex-empregados no plano proporcionalmente ao crescimento dos fatores de envelhecimento o que eleva o custo do serviço médico de todos os seus beneficiários e aumenta o subsídio indireto da Embasa em razão da contribuição dos empregados ativos não serem suficientes para garantir o equilíbrio das mensalidades em relação às contribuições dos aposentados.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Plano de saúde – Assistência Médica

A EMBASA concede benefícios de assistência à saúde para seus empregados, ativos, aposentados e aposentados por invalidez, o qual inclui plano de assistência médica e odontológica, através de licitação de operadoras de saúde. Estes benefícios são previstos em acordo coletivo do trabalho e mantidos por contribuições da Companhia e empregados ativos e aposentados. O plano de assistência odontológica não se estende aos aposentados.

A Companhia contribuiu com 24,36% em média da folha bruta de salários para assistência à saúde em 2025 (23,90% em 2024), totalizando o montante de R\$146.632 (R\$ 130.600 em 2024).

Os cálculos atuariais demonstram que as contribuições dos ex-empregados/apo-

sentados não são suficientes para cobrir os gastos do plano de assistência de saúde, e é necessário reconhecer um passivo atuarial, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). O prêmio pago pela Embasa mensalmente é fixo e onerado pela permanência dos ex-empregados no plano proporcionalmente ao crescimento dos fatores de envelhecimento o que eleva o custo médio de todos os seus beneficiários e aumenta o subsídio indireto da Embasa em razão da contribuição dos empregados ativos não serem suficientes para garantir o equilíbrio das mensalidades em relação às contribuições dos aposentados. Em 2025 a avaliação atuarial do plano de saúde apresentou um déficit de R\$ 93.493.

Obrigações previdenciárias

A Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA – FABASA é uma entidade fechada de previdência complementar, com patrimônio próprio, segregado do patrimônio da Patrocinadora EMBASA, que tem a incumbência de gerir plano previdenciário em favor de empregados e ex-empregados da referida patrocinadora.

A EMBASA contribuiu para a FABASA no exercício de 2025 com R\$33.453 (R\$28.808 em 2024).

A Fundação tem como principal objetivo oferecer aos seus participantes, assistidos e beneficiários a possibilidade de capitalização de recursos para que, após determinado período, possam auferir uma renda que lhes garanta um padrão de vida superior ao que é possível obter, exclusivamente, com o benefício do Regime Geral de Previdência Social. A FABASA possui dois planos de benefícios e um plano administrativo: Plano de Benefícios Previdenciários Misto nº 001 (Contribuição Definida), Plano Benefícios Previdenciários nº 001 (Benefício Definido) e Plano de Gestão Administrativa.

A Fundação é uma Entidade multipatrocinada, tendo a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA como patrocinadora principal e a própria Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA - FABASA na qualidade de única patrocinadora que responderá solidariamente ao patrocinador principal pelas obrigações previstas nos planos.

Conforme requerido pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a Companhia avaliou atuarialmente, em 31 de dezembro de 2025, o Plano de Benefício definido, por ela patrocinado. Os resultados desta avaliação foram apurados por atuário independente, que emitiu seu Parecer Atuarial em 13 de fevereiro de 2026, utilizando-se do método da unidade de crédito projetada, conforme detalhado a seguir:

(i) Plano de Benefício Definido (BD)

Administrado pela FABASA, neste plano, a forma de cálculo dos benefícios é preestabelecida. É um plano vinculado ao INSS e está fechado a novas adesões desde fevereiro de 2000. Este plano complementa 80% do salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao benefício atribuído à Previdência Oficial. Considerando a data base dos dados cadastrais (31 de dezembro de 2025) com 2 participantes ativos, 93 participantes aposentados e 57 pensionistas de participantes já falecidos.

(ii) Contribuição Definida (CD) – Plano Misto

É um Plano de aposentadoria na modalidade de "Contribuição Definida – CD", cujo valor do benefício só será conhecido quando for concedido. Esse valor é apurado a partir do montante de recursos acumulados pelas contribuições mensais que o participante e o patrocinador fizerem ao longo do período de acumulação.

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

Hipóteses Econômicas a.a.	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC
Crescimento real dos salários	Nula	Nula
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Taxa real de juros para previdência	7,72%	7,66%
Inflação	4,05%	3,90%
Taxa de rendimento dos ativos para previdência	12,09%	11,86%
Taxa real de juros para saúde	7,23%	7,44%
HCCTR - Inflação médica	4,00%	4,00%
Aging Factor (a)	3,08%	3,08%
Crescimento das contribuições de saúde	3,98%	4,00%
Crescimento custo de saúde	7,20%	7,20%

Hipóteses Demográficas	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 2000 M	AT - 2000 M
Tábua de mortalidade geral	BR-EMsSb 2015 M&F	BR-EMsSb 2015 M&F
Idade média de aposentadoria	63	63
Taxa de Adesão ao Plano de Saúde - Take-up	68%	68%

(a) Aging Factor – Taxa de crescimento para cada ano de envelhecimento dos beneficiários do plano de saúde.

Demonstramos a seguir a movimentação da provisão atuarial ativo/passivo financeiro da Companhia:

Reconciliação do valor das obrigações atuariais	Plano de Aposentadoria	Plano de Saúde	2025	2024 Reapresentado
Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	54.588	543.954	598.542	847.456
Custo de juros sobre a obrigação	6.805	70.094	76.899	76.236
Custo do serviço corrente líquido	43	14.463	14.506	34.188
Contribuições de participantes	160		160	81
Benefícios pagos no exercício	(9.647)	(146.632)	(156.279)	(139.407)
Ganhos (Perdas) atuariais do exercício	7.833	93.493	101.326	(220.012)
Obrigação total no exercício	59.782	575.372	635.154	598.542
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(41.863)		(41.863)	(60.840)
Juros sobre os ativos do plano	(4.104)		(4.104)	(5.074)
Contribuições de participantes	(160)		(160)	(138)
Contribuição da patrocinadora	(757)		(757)	(654)
Benefícios pagos no exercício	9.647		9.647	8.698
Ganhos (Perdas) sobre os ativos do plano no exercício	(22.438)		(22.438)	16.145
Valor justo dos ativos no exercício	(59.675)	-	(59.675)	(41.863)
Passivo reconhecido no final do exercício	107	575.372	575.479	556.679

Ativos do Plano de Previdência

A composição dos ativos do plano de previdência misto (Contribuição Definida – CD e Benefício Definido – BD) está demonstrada a seguir:

Apuração do Ativo Justo do Plano	Dez/2024 Reapresentado	%	Dez/2025	%
Disponível	22	0,05	19	0,03
Realizável	2.348	5,62	1.710	2,87
Renda fixa	39.289	93,85	57.669	96,64
Operações com participantes	161	0,38	234	0,39
Depósitos recursais	43	0,10	43	0,07
Ativo Justo do Plano Previdência	41.863	100	59.675	100

Análise de sensibilidade

A Redução ou aumento mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefícios pós emprego nos percentuais a seguir:

Variações	Plano de Previdência	Plano de Saúde
Taxa de Desconto		
Com acréscimo de 1%	(10,36%)	(14,12%)
Com redução de 1%	12,16%	14,12%
Crescimento de Custos		
Com acréscimo de 1%	2,01%	14,40%
Com redução de 1%	(1,88%)	(14,73%)
Expectativa de Vida		
Com acréscimo de 1 ano	3,29%	5,99%
Com redução de 1 ano	(3,22%)	(2,92%)

Os valores do resultado com planos de benefícios pós emprego projetados para o ano de 2026 são os seguintes:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Saúde	2026
Custo do serviço corrente líquido	(38)	(17.019)	(17.057)
Custo de juros líquidos	99	(65.422)	(65.323)
(Despesa)/Receita projetada	61	(82.441)	(82.380)

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia identificou como partes relacionadas seus acionistas, demais órgãos vinculados ao Governo do Estado da Bahia, a FABASA, o pessoal-chave da Administração e seus familiares conforme definições contidas no CPC 05 (R1). A remuneração do pessoal-chave da Administração está descrita na Nota Explicativa nº 28.

Os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos findos naquelas datas, relativos a operações com partes relacionadas estão a seguir detalhadas:

	Referência	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Contas a Receber - bruto de clientes	(1)	69.057	66.267
(-) Prov. PDV/PFC/D	(1)	(34.376)	(33.553)
Valores a receber de pessoal cedido	(2)	4.414	4.620
Ativo circulante		39.095	37.334
Convênio GE SEAP PENIT JEQUIE		763	763
Convênio GE FUNCEP SAA DIV MUNICI		23.342	23.342
Convênio GE SEAP PEN BARREIRAS		528	528
Convênio FUNCEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza		9.425	11.682
Ativo não circulante		34.058	36.315
Auxílio para Obras -GE	(3)	5.182	5.182
Patrimônio Líquido		5.182	5.182
Faturamento de água e esgoto		252.735	225.530
(-) Perdas de Créditos	(1)	(623)	(3.104)
Total		251.912	222.426

(1) **Serviços de água e esgoto:** as operações com partes relacionadas, aqui definidas como o Governo do Estado da Bahia são definidas a preços e condições consideradas pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excluindo-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer por meio de negociações especiais (encontro de contas);

(2) **Valores de pessoal cedido:** os valores a receber de pessoal cedido são relativos aos saldos pendentes de recebimento, atinentes à cessão de empregados, cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários do Governo do Estado;

(3) **Auxílio para Obras -GE (Governo do Estado):** correspondem a valores descritos no item (b) da nota explicativa nº 22 -Patrimônio Líquido.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política Contábil:

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, se houver, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia.

(iii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(iv) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, tendo por base o estatuto social da Companhia e a legislação societária brasileira, exceto quando fica evidenciada a ausência de recursos disponíveis à época para a sua distribuição aprovada pelo Conselho Fiscal, onde no lugar de sua distribuição é constituída reserva especial para este fim no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos ficam ali retidos até que a Companhia restabeleça condição para que estes sejam distribuídos aos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

a. Capital social

(i) Capital social autorizado

O capital autorizado, conforme estatuto, é de R\$ 5.664.000, representado por 800.000.000 ações nominativas, sendo 520.000.000 ações ordinárias e 280.000.000 ações preferenciais.

As ações preferenciais não conferem direito de voto a seus titulares. Em contrapartida, asseguram a estes acionistas o recebimento de dividendos preferenciais correspondentes a 6% do lucro líquido apurado no exercício social, distribuídos de forma não cumulativa.

(ii) Capital social realizado

Em 28 de abril de 2025, conforme AGO/AGE, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 22/05/2025 sob o nº 98636637, ocorreu o aumento de capital social no montante de R\$ 57.504, com a integralização de dividendos do Governo do Estado da Bahia. Dessa forma, o capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 5.121.542 (R\$ 5.064.039 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 461.388.997 (456.193.848 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e 261.992.706 (259.065.876 em 31 de dezembro de 2024) ações preferenciais, todas escriturais nominativas e no valor de R\$ 7,08 cada uma, conforme segue:

	Ordinárias	Quantidade de ações Preferenciais	Total	%
Governo do Estado da Bahia	461.352.309	259.915.566	721.267.875	99,71
Minoritários	36.688	2.077.140	2.113.828	0,29
	461.388			



DO LADO DA GENTE

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.121.542.457,24

Posteriormente os bens reavaliados foram reclassificados para o ativo intangível, pela vinculação aos contratos de concessões.

A Companhia passou a utilizar como expectativa de vida útil remanescente, a partir de 01/01/2023, a tabela de vidas úteis definidas pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, por meio da Nota Técnica Complementar 001/2020.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Corresponde ao ganho (perda) atuarial líquido decorrente dos planos de benefícios pós emprego mantidos pela Companhia em consonância com o CPC 33 (R1) que alterou a forma de contabilização do resultado atuarial para o patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2025 registrou uma perda atuarial de R\$ 78.888, no acumulado R\$ 727.822.

Planos	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Previdenciário BD	10.717	(3.889)
Saúde	(738.539)	(645.045)
Total	(727.822)	(648.934)

f. Resultado por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia - o numerador - pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, - o denominador - durante o período. O objetivo da informação relativa ao resultado básico por ação é proporcionar a mensuração da participação de cada ação da Companhia no desempenho da entidade no período.

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Lucro atribuível ao acionista da Companhia (em milhares)	1.006.433	973.160
Quantidade média ponderada de ações emitidas	719.708	709.691
Lucro Básico e diluído por ação (reais por ação)	1,40	1,37

23. RECEITA OPERACIONAL

Política Contábil

Prestação de serviços de saneamento e esgotamento sanitário

A receita relativa à prestação de serviço de água e esgoto é faturada mensalmente para todos os usuários de acordo com o calendário de leitura de medição, que representa o seu consumo ou prestação do serviço. As receitas de água e esgoto são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e são apresentadas líquidas de imposto, taxas, abatimentos e descontos.

A receita não faturada, que representa receita incorrida, cujo serviço foi prestado, porém ainda não faturado até o final de cada período, corresponde ao valor estimado de consumo entre a data da leitura e o término do mês em que o serviço foi prestado.

As receitas são reconhecidas com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a qual determina um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. Assim, a Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

(i) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 - Receita de Contrato com cliente, ou seja, à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos.

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Abastecimento de Água		
Particular	3.476.908	3.240.144
Público	456.370	447.021
Total da receita de abastecimento de água	3.933.278	3.687.165
Esgotamento Sanitário		
Particular	1.337.240	1.236.829
Público	179.647	171.629
Total da receita de esgotamento sanitário	1.516.887	1.408.458
Serviços Acessórios	108.558	101.775
Serviços Técnicos Especializados	1.592	1.514
	110.150	103.289
Total das Receitas de Serviços	5.560.315	5.198.912
Receita de Construção	1.560.220	1.011.168
COFINS	(421.081)	(392.836)
PIS	(91.419)	(85.286)
Total das deduções	(512.500)	(478.122)
Receita Operacional Líquida	6.608.035	5.731.958

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Serviços de terceiros	(1.372.173)	(1.309.146)
Pessoal	(792.896)	(707.031)
Materiais	(387.063)	(367.122)
Amortização/Depreciação	(264.392)	(253.425)
Fundo Municipal de Saneamento	(41.908)	(42.426)
Multa por Impuntualidade	41.358	-
Outros	129.483	100.086
Custo dos serviços prestados	(2.687.591)	(2.579.064)
Custo de construção	(1.560.220)	(1.011.168)
Total dos Custos operacionais	(4.247.811)	(3.590.232)
Serviços de terceiros	(112.371)	(114.183)
Pessoal	(264.644)	(233.434)
Materiais	(2.198)	(1.893)
Amortização/Depreciação	(22.441)	(12.236)
Provisão para perdas em processos judiciais	(110.211)	39.686
Liquidação de processos judiciais	(144.769)	(148.025)
Outras	(40.488)	(33.857)
Total das despesas gerais e administrativas	(697.122)	(503.942)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(42.720)	(61.411)
Serviços de terceiros	(193.352)	(181.949)
Pessoal	(71.572)	(67.567)
Materiais	(481)	(509)
Depreciação	(74)	(257)
Perdas em contas a receber	(316.252)	(287.444)
Outras	(32.487)	(23.296)
Total das despesas comerciais	(614.218)	(561.022)
Despesas tributárias	(23.622)	(18.375)
Baixa de bens	(181)	(113)
Outras	1.076	3.274
Outras despesas operacionais líquidas	(22.727)	(15.214)

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Política Contábil:

As receitas financeiras abrangem rendimentos, juros, variações cambiais, atualizações monetárias, resultado de aplicações financeiras, depósitos judiciais, acordos e parcelamentos com clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, e variações cambiais quando aplicável. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	225.267	156.474
Outras receitas financeiras (a)	27.032	22.569
Juros e variações sobre contas a receber (b)	79.859	104.050
	332.158	283.093

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Despesas Financeiras		
Juros sobre Financiamentos/encargos com dívidas diversas	(210.034)	(217.462)
	(210.034)	(217.462)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	122.124	65.631

(a) Outras receitas financeiras são compostas de descontos obtidos, juros recebidos e variações;

(b) São compostas dos juros de parcelamentos de clientes, juros e acréscimos por inadimplência, multa por impuntualidade e variação monetária.

Em 2025 houve uma reclassificação da receita(despesa) de multa por impuntualidade de R\$41 milhões para o grupo de custos dos serviços prestados, para adequar a apresentação das informações contábeis de acordo com a melhor interpretação do CPC 47 reconhecendo sua natureza operacional.

As aplicações financeiras de recursos destinados às atividades de investimento apresentaram uma rentabilidade média de 14,45% a.a.

26. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política Contábil:

A contribuição social do exercício corrente é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas não tributadas ou adiciona despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios. A Companhia avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

A despesa com Contribuição Social compreende a contribuição social corrente e diferida. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa e/ou receitas de Contribuição Social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Contribuição Social sobre o lucro dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada conforme apresentado a seguir:

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Despesa corrente de Contribuição Social	(130.323)	(109.641)
Contribuição social diferidos	31.195	15.133
	(99.128)	(94.508)

a) Despesa corrente de Contribuição Social

A apuração da Contribuição Social sobre o lucro dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada como segue:

Lucro ajustado - CSLL	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Lucro (prejuízo) do período antes da CSLL	1.105.561	1.065.768
Adições (exclusões)		
Obrigações Atuariais - CPC 33 (R1)	(60.088)	(26.071)
Realização da reserva de reavaliação	4.229	4.289
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.306	35.882
Provisão Participação Resultado	11.799	(4.299)
Provisão para perdas em depósitos judiciais	108.686	(40.576)
Impostos Suspensos	258.139	205.627
Depreciação Retroativa	8.030	14.105
Depreciação IPC x BTNF	5	5
Benefícios Consumidor Baixa Renda	14.413	16.669
Margem Construção (Adoção Inicial Lei 12.973/14)	172	180
Diferenças Ativas/Passivas (Adoção Inicial Lei 12.973/14)	(19.059)	(17.428)
Arrendamento Mercantil	(209)	(234)
Outros	7.278	9.259
	1.452.262	1.263.176
Base de cálculo	1.452.262	1.263.176
Compensação de base negativa CSLL	-	-
Base de cálculo após compensações	1.452.262	1.263.176
CSLL antes das deduções	(130.704)	(113.686)
Reversão CSLL Res. Reavaliação	381	386
Ajuste CSLL 4Tri 2022	-	3.659
	(130.323)	(109.641)
Despesa de Contribuição Social	(130.323)	(109.641)
Alíquota aplicável: CSLL (9%)	-11,8%	-10,3%
Despesa líquida de benefício fiscal	(130.323)	(109.641)
Contribuição social diferido	31.195	15.133
Total da despesa de contribuição social	(99.128)	(94.508)
Taxa Efetiva	-9,5%	-9,2%

b) Contribuição Social diferida

Saldo de ativos e passivos diferidos estão demonstrados a seguir:

Diferenças temporárias	Dez/2024 Reapresentado	Variação Líquida	Dez/2025
Provisões para perdas em processos judiciais cíveis e trabalhistas	36.054	9.782	45.836
Provisões para perdas em processos tributários	92.089	23.233	115.322
Provisão para créditos em contas a receber	30.622	1.198	31.820
Reserva de reavaliação	(10.558)	380	(10.178)
Juros ativos sobre depósitos judiciais	(19.980)	(1.304)	(21.284)
Impostos diferidos sobre órgãos públicos	(15.489)	71	(15.418)
Outras diferenças temporárias, líquidas	(4.827)	(1.784)	(6.611)
Total das diferenças temporárias, líquidas	107.911	31.576	139.487

A CSLL diferida realizada decorrente da realização da Reserva de reavaliação do período tem efeito direto no Patrimônio líquido, visto que o ganho apurado na reavaliação de bens não foi registrado no resultado.

27. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A Administração da Companhia distribui a seus empregados uma remuneração adicional, intitulado PPR - Programa de Participação nos Resultados. A apuração da PPR é realizada com base em um conjunto de indicadores aprovados anualmente pela administração.

	Dez/2025	Dez/2024 Reapresentado
Saldo em 1º de janeiro	44.202	48.502
Pagamento da PPR	(69.637)	(56.475)
Complemento (Reversão) provisão PPR	25.437	7.975
Constituição da provisão PPR	56.000	44.200
	56.002	44.202

28. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

No período de janeiro a dezembro de 2025, a Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração no montante de R\$ 5.060 (R\$ 5.260 de janeiro a dezembro de 2024) à sua Administração, representada pelos membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e de Administração, pelos serviços prestados.

29. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia possui cobertura de seguro de responsabilidade dos administradores, com cobertura máxima contratada de R\$ 15.000, com vigência até 1º de abril de 2026. A Companhia possui também seguro para eventuais riscos operacionais-incêndio (inclusive decorrente de tumultos, greves e lockout), queda de raio, explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, para a unidade administrativa do CAB – Centro Administrativo da Bahia, no montante de R\$ 18.356, com vencimento da apólice em 1º de novembro de 2026. Os demais ativos da Companhia não se encontram segurados.

30. INFORMAÇÃO ADICIONAL À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa:

• Reconhecimento de obrigações atuariais/passivo financeiro do plano em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 60.088;

• Rendimentos provenientes de recursos vinculados, recursos de uso exclusivo em investimentos, no valor de R\$ 17.577;

• Capitalização de juros em Ativo de Contrato no valor de R\$ 71.858;

• Exclusão das adições ao imobilizado e intangível o montante de R\$112.625 referente a fornecedores em aberto na data de 31 de dezembro de 2025;

• Reconhecimento de provisão para perdas com liquidação duvidosa no montante de R\$ 42.720.

31. DESAPROPRIAÇÕES

Os compromissos mais representativos da Companhia com desapropriações ou servidões ocorreram a partir de 2009, decorrentes da execução de obras relacionadas ao abastecimento de água e esgotamento sanitário vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Os desembolsos totalizaram em 31 de dezembro de 2025 R\$ 29.188 (R\$ 7.668 em 2024).

32. EVENTOS SUBSEQUENTE

Liquidação antecipada de debêntures

Em 10 de fevereiro de 2026, a Companhia realizou a liquidação antecipada das debêntures corporativas EBAS 12, emitidas em 2023, no montante de R\$ 264.781. A decisão foi tomada pelo Conselho de Administração com base em estudos econômico financeiros realizados no âmbito de processo de Request for Proposal (RFP), que indicaram a viabilidade da liquidação da dívida então existente, cujo custo correspondia à taxa CDI acrescida de 2,94% ao ano, sem a realização imediata de nova emissão.

Os estudos consideraram, entre outros fatores, a possibilidade de eventual substituição por nova captação com custo estimado de CDI acrescida de 1,35% ao ano, bem como o potencial alongamento do prazo da dívida, contribuindo para a melhoria do perfil de endividamento da Companhia. O elevado nível de disponibilidade de caixa observado nos últimos 12 meses também foi fator relevante para a deliberação.

Eventual captação futura permanecerá condicionada à avaliação do cenário financeiro vigente à época, das alternativas de financiamento disponíveis no mercado e da efetiva necessidade de caixa, conforme as projeções constantes do Plano de Negócios aprovado para o biênio 2026–2027.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Àos

Diretores e Conselheiros da

Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA

Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a



Assinado Digitalmente por: **EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 31/03/2026**

Certificado emitido por: CN=AC DIGITALSIGN RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://atarde.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!



EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.121.542.457,24

posição patrimonial e financeira da **Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6, que trata das divulgações e dos valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como do saldo de abertura do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024, os quais foram retificados e estão sendo reapresentados para refletir a correção de erro, em conformidade com a NBC TG 23 (R2) – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 6, efetuados para alterar as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principal assunto de auditoria

Benefícios a empregados – Plano de saúde

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 20(b) às demonstrações contábeis, a Companhia concede benefícios de assistência à saúde para seus empregados, ativos, aposentados e aposentados por invalidez, o qual inclui plano de assistência médica e odontológica, através de licitação de operadoras de saúde. Estes benefícios são previstos em acordo coletivo do trabalho e mantidos por contribuições da Companhia e empregados ativos e aposentados. O plano de assistência odontológica não se estende aos aposentados. Este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

(i) Trata-se de uma estimativa atuarial, com alto grau de julgamento profissional, associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas tais como: taxas de juros de longo prazo, inflação, probabilidade de permanência no plano dos funcionários ativos, tábuas de mortalidade e invalidez.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Entendimento dos critérios e premissas adotadas pelo atuário contratado pela Companhia para o cálculo do passivo atuarial;
- Teste de aderência da base de dados utilizadas pelo atuário para o cálculo do passivo atuarial;
- Avaliação pelo nosso especialista atuarial da consistência dos dados, razoabilidade dos critérios e premissas utilizadas na mensuração do passivo atuarial;
- Avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e as premissas utilizadas na determinação do passivo atuarial são adequados e as divulgações efetuadas pela Companhia são consistentes com as informações obtidas.

Principal assunto de auditoria

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

- Existem critérios subjetivos para o reconhecimento de receita, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47;
- Existem riscos de reconhecimento de receita fora de período de competência;
- Existem critérios subjetivos para reconhecimento da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- O entendimento sobre os principais controles internos utilizados pela diretoria para prevenir ou detectar distorções no processo de reconhecimento de receita;
- Testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas dos serviços prestados e os respectivos recebimentos;
- Recálculo e verificação da razoabilidade dos critérios de constituição da PECLD – Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Recálculo de receita projetada;
- Avaliação das divulgações em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração, reconhecimento e divulgação realizadas estão razoáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a Demonstração do Valor Adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, de maneira consistente com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO - EMBASA**, pela totalidade dos seus membros abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração, da proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, da proposta para aumento do Capital Social da Companhia e, com base em análises efetuadas pela Administração, considerando ainda, o Relatório da **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda** emitido sem ressalvas, datado de 26 de março de 2026, os Conselheiros Fiscais manifestam-se favoráveis à submissão das referidas Demonstrações Financeiras, bem como das propostas de Destinação dos Lucros Acumulados à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração, tendo em vista a estrutura de capital e situação financeira da Companhia.

Salvador, 26 de março de 2026.

Ricardo José Costa Villaça

Claudio Ramos Peixoto

Manuela Senna Martinez

Giovana Leivas Craveiro

Leandro Moreira Souto

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o RELATÓRIO ANUAL E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APURADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, submetem os referidos documentos e propõem sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Salvador, 28 de março de 2025.

Carlos Palma de Mello
Presidente

Ronaldo Prado Almeida
Membro

Gildeone Almeida Santos
Membro

Patrícia Saback Pacheco Startari de Oliveira
Membro

Edmon Lopes Lucas
Membro

Lucas Araújo dos Reis
Membro

DIRETORIA EXECUTIVA

Gildeone Almeida Santos
Presidente

Diretor de Gestão Corporativa
Jazon Ferreira Primo Junior

Diretora de Operações
Joana da Costa Oliveira
Rolemberg Silva

Salvador, 26 de março de 2026.

Diretor de Expansão
Christiano Bressy Dultra Barbosa

Diretora Financeira e de
Relacionamento com Investidores
Marcela Passos Lima



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 BA 007894/F

Manuel Perez Martinez Júnior
Contador CRC 1 BA 025458/O-0

Diretor de Clientes e
Relacionamento Institucional
Vinicius Araújo Sousa

Diretor de
Sustentabilidade e Tecnologia
Clécio Costa Cruz

CONTADORES

Mônica Simone Pinheiro Telles Pita
Gerente da Unidade de
Contabilidade e Tributos
CRC BA 018487/O-2

Ana Paula Nunes da Costa
Gerente Setorial da
Contabilidade Geral e Societária
CRC BA 17484/O-6



Assinado Digitalmente por: **EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 31/03/2026**

Certificado emitido por: CN=AC DIGITALSIGN RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://atarde.com.br/validator-iti> caso deseje validar a assinatura!

1073 DIGITAL_.pdf

Código do documento: 1073



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Registro de Eventos:

31 mar 2026, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 1073

Criado por: Adriano Cardoso de Melo **Email:** adriano.cardoso@grupoatarde.com.br

DATE_ATOM: 2026-03-31T00:01:13-03:00

31 mar 2026, 00:01:13 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2026-03-31T00:01:13-03:00

31 mar 2026, 00:01:13 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Emissor do Certificado: CN=EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130,
OU=videoconferencia, OU=24479762000180, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, L=Salvador, S=BA, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2026-03-31T00:01:13-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: c534bc111dfa1a52f2c23c1c5543ff6dd5cb0f76e346907e879794de0562a75f

[SHA512]: d89addec5d9de5297670c23accadab3750100117f2a854ceffd2cbade6e59ffcc9086b70b8581ce0b53a8530f985c05f4eef9b7f88a50209509264df924438d4

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3